

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às catorze horas e dez minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, deu-se continuidade a vigésima quinta plenária do décimo sétimo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião: Ana Sandra F. A. Nóbrega, Célia Zenaide da Silva, Daniela Sacramento Zanini, Fabian Javier Marin Rueda, Iolete Ribeiro da Silva, Júnia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte Guerra, Maria Márcia Badaró Bandeira, Marisa Helena Alves, Norma Celiane Cosmo, Paulo José B. de Aguiar Pessoa, Paulo Roberto Martins Maldos, Pedro Paulo G. de Bicalho, Regina Lúcia Sucupira Pedroza, Rogério Giannini, Rosane Lorena Granzotto, Sandra Elena Sposito Ana Sandra F. A. Nóbrega que presidiu a mesa deu início as atividades. Júnia Maria Campos Lara pegou a fala e explanou que gostou da ideia do Márcio Cruz, consultor da Usina de Ideias, que sugeriu em uma reunião que haja mais diálogo e gostaria então de fazer um pedido para a Plenária e para a Diretoria para ter mais espaço em Plenária para dividir questões que surgem na função que ela exerce na SOE. E informou que irá pautar esse assunto para a próxima Plenária. Ana Sandra F. A. Nóbrega deu continuidade aos pontos de pauta e conforme ordem de pauta pré-estabelecida os pontos da APAF foram apresentados, iniciando pelo GT da Tecnologia da Informação. Ponto 2.15 - **GT da Tecnologia da Informação (TI):** Norma Celiane Cosmo apresentou histórico de criação do GT criado em dezembro de 2017 com as devidas demandas estipuladas em APAF: sistema cadastral financeiro, a CIP e o SEI. Os CRs que compõem o GT têm técnicos na área de TI, ao todo são cinco regionais e foram realizadas inúmeras reuniões ao longo de 2018. SISTEMA CADASTRAL FINANCEIRO - Norma Celiane Cosmo explicou que o GT fez apresentação e conseguiu aprovação na APAF de maio de 2018 da compra de um novo Sistema Cadastral Financeiro, visto que hoje há uma série de problemas relacionados a esse tema, assim como a manutenção do mesmo. A manutenção conforme também acordado na APAF seria dada da seguinte forma: a conta divulgação assumiria os grandes CRs, 50% dos custos de manutenção dos médios e 50% dos custos dos pequenos. No entanto, o valor que foi aprovado na APAF de maio de 2018 para a compra do novo Sistema Cadastral Financeiro, utilizando recursos da conta divulgação, não previa a compra de dois módulos (fiscalização e de processos). O problema é que os grandes CRs já trabalham com tais módulos (de fiscalização e de processos) atualmente e, caso o sistema seja comprado e implantado sem esse complemento, tais CRs não poderão mais ter acessos aos processos. Houve então toda uma discussão no GT para que fosse abarcada também na compra esses dois módulos, para que todo o Sistema Conselho tenha acesso. Porém será necessário pautar a aprovação novamente dessa compra na APAF de dezembro de 2018, visto que o custo para essa inclusão de ambos os módulos gerou um aumento significativo no valor da compra. Norma Celiane Cosmo explicou ainda que o tema com as devidas explicações sobre o aumento de custo foi discutido na reunião de Presidentes realizada em setembro de 2018. A proposta final então é de que todos os CRS terão além do novo Sistema Cadastral Financeiro os módulos de fiscalização e de processos, assim como suporte para os custos de

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

45 manutenção dos mesmos num contrato guarda-chuva (todo o sistema funcionará em  
46 formato web). O adi referendo será então feito e apresentado na APAF de Dezembro de  
47 2018, sendo que o termo de referendo já está pronto e foi encaminhado para o  
48 financeiro, e posteriormente para o setor de compras para organizar as empresas que  
49 tem condições de participar do edital. Norma Celiane Cosmo solicitou que Leo, Gerente  
50 da TI, trouxe-se para a Plenária os encaminhamentos definidos pelo GT em reunião  
51 realizada no dia 03 de dezembro de 2018, com extrato dos trabalhos realizados (Norma  
52 Celiane Cosmo fez a leitura do material apresentado pelo Leo). Norma Celiane Cosmo  
53 explicou que além do trabalho de compra do novo Sistema foi realizado todo um  
54 trabalho de levantamento junto aos CRs das demandas relativas ao tema do Sistema  
55 Cadastral Financeiro e que mediante a esse trabalho, foi detectado o Sistema atual  
56 oferece algumas soluções que os CRs desconhecem e colocaram como demanda, fator  
57 que evidencia a necessidade de maior compartilhamento/alinhamento de informações  
58 sobre os sistemas/ferramentas disponíveis para uso dos CRs. Frente a isso, o GT sugere  
59 a realização de Seminários tendo como temática os softwares, mas visando apresentar  
60 boas práticas do Sistema Conselho de Psicologia. Será feito também um  
61 produto/livro/registo que guarde a memória dos trabalhos realizados pelo GT de TI.  
62 **IMPLANTAÇÃO DO SEI NOS CRs** - Norma Celiane Cosmo falou sobre a  
63 implantação do SEI no CRP 01 e os desafios encontrados, visto a diferença nas  
64 necessidades do sistema (software) de um Regional em relação ao sistema (software) do  
65 CFP. Leo, Gerente da TI, falou que foram observadas necessidades específicas dos  
66 regionais, a partir da experiência de implantação no CRP 01. Tal aprendizado está sendo  
67 sistematizado para depois ser compartilhado junto aos demais regionais, objetivando  
68 uma organização por parte dos mesmos antes da implantação do SEI, de modo que se  
69 ganhe celeridade no processo. **NOVA CIP** - Norma Celiane Cosmo elucidou que após a  
70 implantação do novo modelo da CIP será feita a checagem dos campos existente no  
71 SISCAF, lembrando que serão feitas alterações nos quesitos "optativos" e  
72 "obrigatórios" e será enviado Ofício aos CRs mostrando as mudanças. Norma Celiane  
73 Cosmo lembrou que o quesito raça foi colocado como "obrigatório" para todos os CRs.  
74 Célia Zenaide da Silva lembrou que solicitou que feita tal mudança posteriormente Leo  
75 realize um levantamento de quantos cadastrados irão se declarar em cada categoria das  
76 opções existente no quesito raça, para posterior análise. **SISTEMA CADASTRAL**  
77 **FINANCEIRO** - Norma Celiane Cosmo retornou para o ponto de implantação do  
78 Sistema Cadastral Financeiro, e explicou os critérios que levaram a recomendação do  
79 CRP 06 como projeto-piloto. O cronograma de implantação não pode ser apresentado,  
80 pois dependerá da assinatura do contrato com a empresa que ganhará a licitação. Uma  
81 vez assinado o contrato será feita reunião com a empresa contratada e a mesma terá que  
82 apresentar um calendário acolhendo o termo de referencia que exige a implantação do  
83 sistema no prazo máximo de 120 dias. **INFORME SOBRE PORTARIA 385** - Norma  
84 Celiane Cosmo pediu que Leo trouxe-se explicações sobre a solicitação feita pelo CRP  
85 do Paraná referente a uma Portaria. Leo explicou que o Ministério do Planejamento  
86 lançou a Portaria 385 no dia 28 de novembro de 2018, que instituiu o uso obrigatório de  
87 um sistema do SERPRO para fazer gestão de bens e patrimônio, e isso traria um  
problema muito grande, pois, seria necessário mudar toda a ferramenta utilizada

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*  
D.  
A.  
F.  
A.  
B.  
M.  
P.  
M.

*[Handwritten signature]*

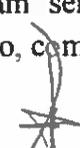
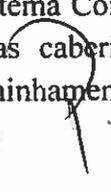
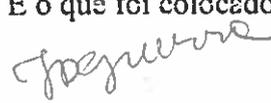
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

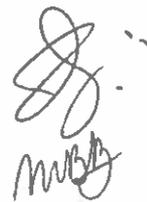
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

88 atualmente para esse tipo de controle, ou seja, fazer com que o sistema atual  
89 conversasse com o sistema futuro. Foi feito então um questionamento ao MPOG  
90 (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), a resposta deles foi de que os  
91 Conselhos de Classe não são obrigados a aderir a essa ferramenta, podem por boa  
92 prática utilizá-la, mas não é obrigatório. Norma Celiane Cosmo foi designada a relatora  
93 do ponto que traz todos os temas da TI na APAF de dezembro de 2018. Seguindo a  
94 sequencia dos pontos – **2.16 Eleições:** Foi a função que foi apontada pelo Paulo José B.  
95 de Aguiar Pessoa apresentou as demandas que foram colocadas ao GT de Eleições pela  
96 APAF, sendo que o objetivo da criação seria redigir o regimento das eleições e foi  
97 solicitada continuidade do grupo para a redação também de um Manual de  
98 Recomendações. O Manual foi apresentado na 24ª Plenária e será apresentado na APAF  
99 de dezembro de 2018. Ana Sandra F. A. Nóbrega perguntou se houvessem muitos pontos  
100 de discussão no GT que precisariam ser apontados, mas na avaliação de Paulo José B.  
101 de Aguiar Pessoa isso não ocorreu, não se recordou também de pontos que foram  
102 consenso no grupo. Jureuda Duarte Guerra foi designada a relatora do ponto na APAF  
103 de dezembro de 2018. Seguindo a sequencia dos pontos – **2.17 Política Nacional das**  
104 **Práticas Integrativas e Complementares - PNPICS:** Ana Sandra F. A. Nóbrega  
105 solicitou a apresentação, no entanto o ponto foi pulado pois não havia um responsável  
106 pelo mesmo presente. Seguindo a sequencia dos pontos – **2.18 Revisão da Resolução**  
107 **07/2009:** Ana Sandra F. A. Nóbrega solicitou a apresentação e Fabian Javier Marin  
108 Rueda falou das especificidades do contexto em que foi construído a Resolução em  
109 parceria com o Contran (Conselho Nacional de Trânsito). 2.17 - Ana Sandra F. A.  
110 Nóbrega alertou para o fato de que dois CRs (Paraná e Alagoas) pautaram o tema das  
111 Práticas Integrativas, então é necessário que seja feita a apresentação do que o GT  
112 produziu até o momento, pois isso poderá inclusive ser uma forma de responder o que  
113 foi pautado pelos CRs que estão solicitando, no entendimento dela sobre o que eles  
114 pautaram, um posicionamento do CFP sobre as Práticas Integrativas. Ana Sandra F. A.  
115 Nóbrega perguntou a Júnia Maria Campos Lara qual é o GT que está discutindo o tema  
116 das Práticas Integrativas e Júnia Maria Campos Lara informou que foi produzido um  
117 Seminário que havia sido proposto em Plenária, mais o objetivo dessa ação era mais  
118 perceber como estavam em relação ao trabalho do Observatório. Júnia Maria Campos  
119 Lara informou que o GT não tem uma proposta até porque se trata de questões muito  
120 polêmicas. Ana Sandra F. A. Nóbrega perguntou como foi o Seminário. Júnia Maria  
121 Campos Lara avaliou o Seminário positivamente, pois os convidados eram bons, no  
122 entanto ocorreram questões parecidas com as que ocorreram no CPD. No sentido de que  
123 ninguém é contra as Práticas Integrativas mas, há muitos questionamentos com a forma  
124 como elas têm sido realizadas. De um modo geral, Júnia Maria Campos Lara  
125 compartilhou que nota muita relucência sobre esse tema das Práticas Integrativas e que  
126 inclusive, enquanto grupo, estão se questionando se essa política ainda vai continuar ou  
127 não no cenário político atual. Júnia Maria Campos Lara colocou ainda que a principal  
128 dúvida/questão é: Qual seria o critério que uma prática integrativa precisaria ter para  
129 entrar no rol de práticas integrativas? Então caberia muito mais ao Sistema Conselhos,  
130 se for decidido como algo prioritário, definir quais dessas práticas caberiam ser  
131 realizadas por psicólogos ou não. E o que foi colocado não como encaminhamento, com



133 caráter mais informal no grupo, é de que seja feita uma proposta para se discutir as  
134 Práticas Integrativas nos regionais, similar ao que foi feito com o Coaching, para ter  
135 uma discussão mais ampla. Ana Sandra F. A. Nóbrega colocou que talvez seja melhor  
136 levar para a APAF a proposta de construção de um GT para discutir tais práticas, visto  
137 que não há um GT sobre o tema. Ana Sandra F. A. Nóbrega compartilhou que estava  
138 inclusive no CPD e assistiu a apresentação de um grupo sobre o tema das Práticas  
139 Integrativas, onde eles foram bem críticos ao CFP e mostraram resoluções de outros  
140 Conselhos, como o de Enfermagem, que percebem como mais respeitosos. Ana Sandra  
141 F. A. Nóbrega citou que duas pessoas que estavam na plateia do CPD fizeram falas  
142 muito boas em respostas a tais críticas e que posteriormente ela foi até o grupo dizer que  
143 a fala deles não é condizente com a realidade, uma vez que o CFP já esteve em dois  
144 momentos aberto para ouvi-los, sendo uma vez em Plenária e outra no GT que cuida da  
145 fiscalização, além do fato deles estarem ali no CPD. E explicou que o CFP sofre  
146 pressões de ambos os lados, pois há uma parcela gigantesca de psicólogas  
147 completamente contrárias as práticas integrativas. Rosane Lorena Granzotto falou sobre  
148 a experiência no CPD das mesas que ela coordenou também da Bioenergética e também  
149 das Práticas Integrativas e que ela avaliou como muito boa a experiência. Rosane  
150 também colocou a importância do Observatório para que se saibam o que os psicólogos  
151 estão realizando no SUS. Júnia Maria Campos Lara falou que o Observatório já foi  
152 aprovado pela APAF e que no entendimento dela poderia até ser retirado do GT e  
153 ganhar vida própria, com o próprio CFP se apropriando dele, pois o GT não tem mais  
154 perna para caminhar. Na opinião de Jônia Maria Campos Lara o Observatório deveria  
155 englobar a constelação familiar e outras práticas, funcionando com cadeiras flutuantes,  
156 composto por pessoas do CFP e Conselheiros. Jureuda Duarte Guerra trouxe para ajudar  
157 na reflexão o fato de que o Observatório tem uma proposta de longo prazo e que ele  
158 costuma ter assento e outras instituições, além de uma série de outras especificidades  
159 que constituem um Observatório, e se pergunta se na APAF eles pensaram sobre isso.  
160 Rosane colocou que poderia ser feita uma pesquisa sobre os psicólogos que realizam  
161 práticas integrativas no SUS, alguns ponderam que não seria apenas no SUS. Júnia  
162 colocou que já tem um grupo da Cruz Vermelha que tem muitas informações sobre o  
163 tema. Ana Sandra F. A. Nóbrega deixou em aberto a questão de se o CFP irá mesmo  
164 tomar para si a possibilidade de assumir o Observatório, pois é preciso aguardar o que  
165 os CRP irão fazer já que é uma demanda deles. Jureuda Duarte Guerra foi designada a  
166 relatora do ponto na APAF de dezembro de 2018. GT DE POLÍTICA DE  
167 COMUNICAÇÃO - Ana Sandra F. A. Nóbrega trouxe pedido de um regional para  
168 criação de GT para Elaboração de Política de Comunicação do Sistema Conselhos,  
169 solicitação feita pelo CRP 02, na pauta não houve detalhamento dos objetivos desse GT.  
170 Pedro Paulo G. de Bicalho pediu atenção para aglutinação que foi feita de outros  
171 pontos pautados pelos CRs que tem correlação com o mesmo tema, um pautado pelo  
172 CRP 12 e outro pelo CRP 15. Ana Sandra F. A. Nóbrega continuou a leitura dos pontos  
173 pautados dando mais informações sobre quais são as demandas dos CRs que pautaram  
174 esses temas ligados à questão da comunicação. Ana Sandra F. A. Nóbrega recomenda  
175 um GT para falar com os regionais (especialmente os que trouxeram pontos de pauta  
sobre o tema comunicação) para ver quantos aderem à ideia de investir na comunicação.



177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

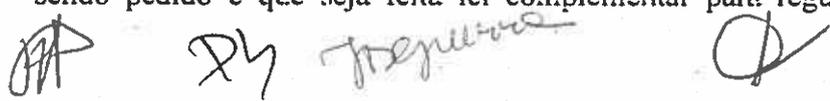
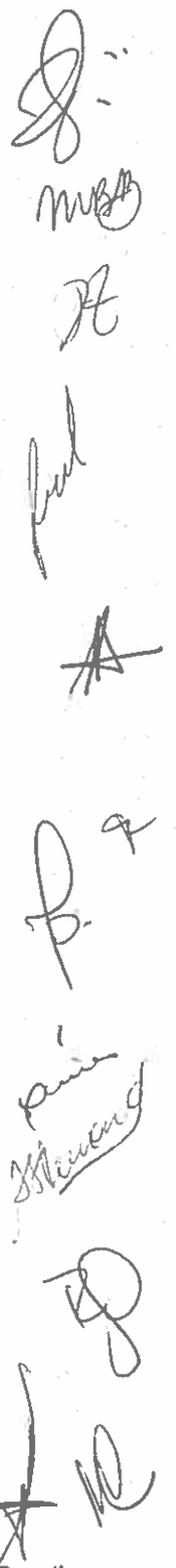
217

218

e quais seriam as expectativas dos mesmos no que diz respeito a futuras ações nessa área. Pedro Paulo G. de Bicalho compartilhou seu entendimento a partir das leituras feitas por Ana Sandra F. A. Nóbrega, de que a demanda dos regionais é por um coletivo que ajude os Conselhos a ter uma coordenação feita do CFP para apoiar os CRs na área de comunicação. Marisa Helena Alves fez um resgate histórico da participação do CFP em espaços que discutiam a democratização da comunicação, como o FNDC, por isso, acredita que o pedido do CRP 05 é no sentido de resgatar um espaço de representação que havia no passado. Falou que ela junto a esse grupo que existia focado nesse tema ajudou a construir a primeira Conferência Nacional de Comunicação, sendo que o Coletivo de Comunicação era um grupo formado por todos os regionais que fizeram articulações locais e fizeram uma série de proposições no sentido de dialogar com os meios de comunicação. Ana Sandra F. A. Nóbrega lembrou que ainda há a participação do CFP no FNDC só que não mais no Conselho Deliberativo. Paulo José B. de Aguiar Pessoa colocou que o entendimento dele é de que são duas as demandas colocadas nesses pontos pautados pelo CRs. Ana Sandra F. A. Nóbrega ponderou que não será possível criar um único GT para ambas as demandas, pois uma trata das demandas internas de comunicação e outra das externas. Sendo assim, é preciso buscar um maior entendimento das demandas para que seja feita a criação dos GTs e também definir quem será a pessoa responsável dentre os Conselheiros para acompanhar tais demandas.

Seguindo a sequencia dos pontos – **6. Resolução para atuação do psicólogo hospitalar:** pautado pelo CRP 01 que solicita a construção de uma Resolução para orientar condutas e rotinas dos psicólogos que atuam no ambiente hospitalar. Ana Sandra F. A. Nóbrega leu as demandas colocadas na pauta sobre o ponto. Pedro Paulo G. de Bicalho pediu atenção ao ponto 14 do CRP 05 que também traz demanda de dimensionamento de psicólogas(os) em ambiente hospitalar, solicitando que a APAF delibere a criação de um GT com foco nesse tema. Norma Celiane Cosmo lembrou que está sendo atualizado um caderno sobre psicologia hospitalar. Jureuda Duarte Guerra colocou que não há uma definição do número de psicólogos por leito no SUS apenas na rede privada (um psicólogo para um hospital gigante) e essa é uma demanda da categoria, na rede pública esta média de uns 20 a 30 leitos por pessoa, um pouco menor comparada a rede privada. Jureuda Duarte Guerra lembrou que inclusive a atualização que está sendo feita pelo CREPOP, citada pela Norma Celiane Cosmo, também não traz essa informação, mas acredita que um levantamento dessa informação poderia ser inserida na Referência Técnica que está quase saindo ao invés de criar um GT para isso. Maria Márcia Badaró Bandeira falou sobre a Federação de Psicologia Hospitalar membro do FENPB como uma possível fonte de informação, porém foi informada que não há esse dado. Maria Márcia Badaró Bandeira sugeriu então que essa entidade (Federação de Psicologia Hospitalar) poderia ajudar na coleta desses dados. Rogério Giannini aconselhou que não fosse mais criados novos GTs pois não há estrutura para isso, e que os próprios Conselheiros não darão conta de acompanhar tantos grupos. Falou também que é preciso tomar cuidado com a criação de uma norma, e que ela é inócua na legislação brasileira porque as normas precisam passar pelo Ministério da Saúde então é preciso buscar construir isso via Conselho Nacional da Saúde. Os

220 médicos fazem assim, o Conselho de Medicina diz que é preciso ter tantos médicos por  
221 leito e tantas horas e isso depois vira uma lei, mas isso não ocorre nas outras categorias.  
222 Pode ser pensar em Diálogos Digitais ou outras formas de incidir no tema e fazer  
223 parceria com Associação específica da Psicologia Hospitalar na linha do que a Maria  
224 Márcia Badaró Bandeira falou ao invés de criar um GT. Jureuda Duarte Guerra  
225 concordou que criar mais um GT é engessar cada vez mais a gestão, mas colocou que  
226 tem categorias que já regulam o número de profissionais por leito, com o da fisioterapia  
227 e da enfermagem, então expressou que acha importante criar um parâmetro de  
228 aproximação. Jureuda Duarte Guerra relatou que atua num hospital grande e toda hora  
229 tem que responder a pergunta de quantos psicólogos por leito são recomendados. Ana  
230 Sandra F. A. Nóbrega reiterou a fala de Jureuda Duarte Guerra e que é um tema de  
231 interesse da categoria e que quando o CFP não cuida disso os psicólogos se sentem  
232 abandonados pois acham que é e é uma função do CFP regular isso, mesmo que não  
233 seja algo tranquilo de se fazer. Jureuda Duarte Guerra relatou que acompanhou a norma  
234 dos fisioterapeutas e que só após a criação que fizeram o tramite para regulamentação  
235 via o Conselho Nacional da Saúde, sendo que esse número foi usado inclusive em  
236 concursos realizados. Ana Sandra F. A. Nóbrega contou também que na Paraíba a  
237 comissão de Psicologia Hospitalar conseguiu reunir os coordenadores e psicólogos que  
238 trabalham nos hospitais e criaram uma referência, até mesmo para diminuir as  
239 discrepâncias entre os hospitais. Jureuda Duarte Guerra sugeriu que seja feita uma  
240 conversa do CFP com um contato que atuou nessa solução encontrada na Paraíba, para  
241 posteriormente dialogar com os CRs que pautaram tais pontos, com mais propriedade  
242 sobre o assunto e seus tramites. Ana Sandra F. A. Nóbrega colocou que a forma  
243 possível para não ter que se criar um GT seria o CFP assumir o compromisso de trazer a  
244 Associação de Psicologia Hospitalar e alguns autores para falar sobre esse tema, na  
245 tentativa de fazer esse caminho da regulamentação. Ana Sandra F. A. Nóbrega defendeu  
246 que esse tema não foi priorizado e a área de psicologia hospitalar se recente, por isso,  
247 vale fazer um esforço, mas é preciso chamar para o CFP. Jureuda Duarte Guerra sugeriu  
248 que isso seja um artigo a parte da publicação que está sendo feito pelo CREPOP. Norma  
249 Celiane Cosmo colocou que o encaminhamento seria a construção de uma Minuta de  
250 Resolução que não seja produzida em GT, mas sim via articulação com a instituição  
251 representante do setor com o FENPB. Rogério Giannini fez fala concluindo então que o  
252 entendimento geral é de não criação de GT para que CFP traga para si o trabalho de  
253 articular com a entidade que tem atuação hospitalar (SPBH) . Giannini sugeriu ainda  
254 que se busque apoio do FENPB em fevereiro de 2019 para fortalecer a ideia para a  
255 APAF de maio/2019. Se no FENPB for entendido a criação dessa referência como uma  
256 ideia boa se toca o assunto. Jureuda Duarte Guerra foi designada a relatora do ponto na  
257 APAF de dezembro de 2018. Seguindo a sequencia dos pontos - **8. Atestado**  
258 **Psicológico com a finalidade de justificar faltas:** Ana Sandra F. A. Nóbrega leu as  
259 justificativas do CR para apresentação do ponto e explica que o pedido é de que os  
260 atestados dos psicólogos, assim como os dos médicos, sejam aceitos pelas empresas  
261 públicas e privadas sem prejuízos aos trabalhadores. Ana Sandra F. A. Nóbrega colocou  
262 que muitos psicólogos não sabem que podem dar atestados psicológicos e o que está  
sendo pedido é que seja feita lei complementar para regulamentar o aceite de tais





308 a CCAP já encaminhou, já esboçou, já retornou e já está quase na fase de acabamento?  
309 Fabian Javier Marin Rueda colocou que seria bom uma reunião de dois dias para fechar  
310 essa questão junto aos CRPs pois o CCAP está fazendo mas não são especialistas nessa  
311 área. Ana Sandra F. A. Nóbrega colocou que o grupo da POT, conforme relatado pela  
312 Camila Dias, Gerente da GTEC, se queixa que o esboço apresentado não está vindo ao  
313 encontro das necessidades deles. Fabian Javier Marin Rueda respondeu que o material  
314 foi apresentado na Plenária de setembro de 2018, evidenciando que foi uma provocação  
315 que a CCAP fez para dar início as contribuições, e que o objetivo era não demorar um  
316 ano para fazer isso via criação de um GT. Sandra Elena Sposito fez questão de falar que  
317 apoia a proposição do Fabian Javier Marin Rueda. Inclusive propondo que as  
318 Resoluções sempre devem ter como uma etapa a criação do GT para validação, até  
319 como forma de fortalecimento da APAF. Rogério Giannini colocou que esse GT  
320 proposto pelo Fabian Javier Marin Rueda poderá ser mais um exemplo de como os GTs  
321 podem funcionar. Ana Sandra F. A. Nóbrega fez explanação de que muitos GTs têm  
322 sido muito produtivos e propositivos. Seguindo a sequência dos pontos – **Carteira**  
323 **Profissional Secundária:** foi pautado pelo CRP 10 que solicitou que fosse verificado  
324 como outros regionais trabalham essa questão e deliberar sobre a inclusão na Resolução  
325 de normativas como o prazo de validade etc. Norma Celiane Cosmo e Sandra  
326 lembraram que esse ponto foi conversado na Plenária do dia anterior (07 de dezembro  
327 de 2018) e que o encaminhamento foi a continuidade do GT da nova CIP para debruçar-  
328 se sobre a questão da inscrição secundária, além de outras questões relacionadas a  
329 implementação da nova CIP. Ana Sandra F. A. Nóbrega acha o encaminhamento muito  
330 bom. Norma Celiane Cosmo pediu só para propor que quando forem eleger os pontos (a  
331 serem apresentados) já colocarem tudo junto sobre a CIP. Seguindo a sequência dos  
332 pontos – **17. Regularidade de Profissionais em processo de transferência:** Ana  
333 Sandra F. A. Nóbrega leu o ponto pautado pelo CRP 10 com detalhamento da  
334 explicação das dúvidas que tiveram sobre a Resolução no que diz respeito à  
335 Transferência de Inscrição. Ana Sandra F. A. Nóbrega faz leitura para Plenária e  
336 pondera que no entendimento dela é clara a Resolução nº 10/2007 ao dizer que “só será  
337 dado encaminhamento ao processo de transferência quando não houver débitos”. Norma  
338 Celiane Cosmo ponderou que isso seria um impedimento de exercício da profissão, caso  
339 for condicionado na Resolução que a transferência só seria feita mediante a inexistência  
340 de débitos. Norma Celiane Cosmo sugeriu que isso deveria ser revisto na Resolução,  
341 pois, deveria deixar claro que o psicólogo precisa é negociar a dívida. Rosane Lorena  
342 Granzotto acrescentou a informação de que no sistema de cadastramento do e-Psi  
343 também há restrição ao cadastramento em caso de inadimplência. Ana Sandra F. A.  
344 Nóbrega colocou que o entendimento sempre foi de que ao pagar a primeira parcela da  
345 negociação o psicólogo já está em dia com suas dívidas. Seguindo a sequência dos  
346 pontos – **20. Projetos ouvidorias nos CRPs:** Ana Sandra F. A. Nóbrega lembra que  
347 deverá estar sendo coordenadora da mesa em vários momentos visto que o Pedro Paulo  
348 G. de Bicalho não estará presente, logo não estará disponível para apresentação de  
349 pontos. Norma Celiane Cosmo foi designada a relatora do ponto na APAF de dezembro  
350 de 2018. Seguindo a sequência dos pontos – **Crêterios para definição dos convidados**  
**do 10º CNP:** critérios a serem apresentados já haviam sido definidos e aprovados em

*msb*

*AT*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

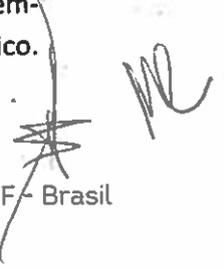
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures]*

352 Plenária. Jureuda Duarte Guerra foi designada a relatora do ponto na APAF de  
353 dezembro de 2018. Seguindo a sequencia dos pontos - **Demandas e perspectivas**  
354 **atuais da psicologia no campo educacional:** ponto pautado pelo CRP 16, Ana Sandra  
355 F. A. Nóbrega fez leitura da justificativa da pauta que tem como objetivo solicitar a  
356 deliberação sobre trabalho dos Conselhos Regionais na articulação de projetos de lei  
357 que visem à implementação de políticas educacionais que incidem sobre a atuação da  
358 categoria nesse campo, dentre outras demandas. Fabian Javier Marin Rueda colocou que  
359 esse ponto e outras demandas pertinentes ao tema da educação, que talvez possam ser  
360 mais bem atendidas pelo CFP, poderão ser colocados para a ABRAPESP uma entidade  
361 do FENPB. Fabian Javier Marin Rueda a perguntou se os quatro pontos a serem  
362 apresentados na APAF de dezembro de 2018 sobre Avaliação Psicológica poderiam ser  
363 apresentados todos em um único bloco. Ana Sandra F. A. Nóbrega elucidou que isso  
364 poderá ser sugerido, mas a APAF tem autonomia para acatar ou não no momento de  
365 discussão da organização dos pontos da pauta. Seguindo a sequencia dos pontos - **Sistema**  
366 **Eletrônico de Informação - SEI:** ponto será apresentado com compartilhamento da  
367 experiência no 01, com falas também do Daniel, Gerente da GRI e do Leo, Gerente da TI.  
368 Norma Celiane Cosmo foi designada a relatora do ponto na APAF de dezembro de  
369 2018. Seguindo a sequencia dos pontos - **Construção de Resclução sobre atuação das**  
370 **psicólogas nas Medidas Socioeducativa:** Iolete Ribeiro da Silva informou que o GT que está  
371 trabalhando essa temática já elaborou um Relatório e que existe uma orientação para que não  
372 seja feita, pelo menos por enquanto, uma Resolução. E que apesar de haver uma demanda do  
373 CRP 16 por uma Nota de Orientação ou uma Resolução, o GT entende que as referências do  
374 CREPOP seriam suficientes. Além disso, tem muitas mudanças ocorrendo em torno dessa  
375 política e uma Resolução construída agora poderá caducar muito rapidamente. Seguindo a  
376 sequencia dos pontos - **26 - Referências técnicas e éticas para atendimento à pessoa surda no**  
377 **âmbito da saúde:** pautado pelo CRP 06, mas também é um encaminhamento do Congresso  
378 Nacional de Saúde em Libras, deliberar sobre a construção de um espaço de debate no CFP  
379 sobre o atendimento as pessoas surdas no âmbito da saúde para que seja possível a  
380 construção de referências éticas e técnicas que balizem o atendimento profissional. Jureuda  
381 Duarte Guerra sugeriu que se for para criar uma referência técnica seria importante incluir  
382 outras deficiências além da surdez. Ana Sandra F. A. Nóbrega explicou que as pessoas surdas  
383 têm uma demanda específica com relação ao atendimento psicológico por conta da  
384 dificuldade em ter sigilo, devido a necessidade de mediação, o que esbarra na questão ética.  
385 Ana Sandra F. A. Nóbrega falou sobre um evento ligado ao tema que participou recentemente  
386 - Congresso Brasileiro de Saúde em Libras - e compartilhou que foi um evento muito  
387 interessante, com mais de 700 pessoas em Juazeiro na Bahia, encampado pela UNIVASP, que é  
388 uma instituição que tem núcleos de atendimentos para pessoas com deficiência, mais  
389 especificamente para pessoas surdas. E a UNIVASP que é referencia nesse tema chamou os  
390 Conselhos para falar sobre o tema, e explicar como os portadores dessas necessidades tem  
391 uma linguagem própria e se sentem como estrangeiros em seus próprios países. Ana Sandra  
392 relatou que o pedido dessas pessoas é de que é pelo menos os profissionais de saúde estejam  
393 preparados para acolher tais necessidades, sem que seja necessária sempre uma terceira  
394 pessoa para fazer a comunicação entre eles. Foi apresentado no evento um material recém-  
produzido pelo Conselho de Farmácia com orientações específicas para esse tipo de público.



396  
397  
398  
399  
400  
401  
402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418  
419  
420  
421  
422  
423  
424  
425  
426  
427  
428  
429  
430  
431  
432  
433  
434  
435  
436  
437  
438  
439

Jureuda Duarte Guerra acolheu a solicitação, mas diz que ao ver tal pedido por uma referência preocupa o fato de haverem outras deficiências. Camila, Gerente da GTEC, relatou via Ana Sandra F. A. Nóbrega, caso ocorrido no Piauí, onde um Juiz acionou o CFP para que coloque sua opinião sobre a necessidade de um mediador fazendo a interpretação durante o atendimento psicológico às pessoas surdas que necessitem desse tipo de serviço. Ana Sandra F. A. Nóbrega colocou que tem que ser uma campanha grande demais, para todos os psicólogos e também para os profissionais de saúde, se conscientizarem da necessidade dessa formação complementar ao psicólogo. Camila, Gerente da GTEC, frisou que o juiz colocou que é preciso que o CFP responda se os surdos poderão ou não serem atendidos com intérprete. Jureuda Duarte Guerra colocou que o encaminhamento seria então uma campanha de fomento de formação do psicólogo em Libras, pois já está regulamentado que psicólogos em formação precisam fazer tal formação, segundo informação da Iolete Ribeiro da Silva e Norma. No entanto, os psicólogos já formados não têm esse preparo e a formação é longa (cerca de dois anos e meio). Norma Celiane Cosmo colocou que a resposta ao Juiz tem que ser feita baseado no Código de Ética. Norma Celiane Cosmo trouxe ainda relato pessoal de uma tentativa em sua região de formar profissionais, e que foi bem difícil pois começaram a turma com 50 pessoas e terminaram depois de dois anos com apenas 10 pessoas. Norma Celiane Cosmo colocou também a necessidade das ações do CFP, desde a infraestrutura e telefone até os aplicativos estarem aptos a atender essa população com necessidades especiais. Ana Sandra F. A. Nóbrega coloca que o x da campanha é mobilizar o interesse da categoria em aprender para acolher quem necessita desse atendimento sem mediação. Maria Márcia Badaró Bandeira pediu que fosse pensado uma parceria entre o CFP e uma instituição que poderia oferecer esse curso ao psicólogos. Jureuda Duarte Guerra falou que seria bom aproveitar essas ações para trazer outros recortes visando maior atuação na psicologia inclusiva, como os cegos, surdos, pessoas com paralisia cerebral, assim como olhar a perspectiva do debate da sexualidade também de pessoas com deficiência, pois a sexualidade delas é muito negada. Seguindo a sequencia dos pontos – **27. Proposta Orçamentária do CFP para 2019:** Norma Celiane Cosmo lembrou que não foi apresentado na Plenária anterior esse material por conta de um problema com os dados do CRP de São Paulo que ainda estava concluindo o material que deveria enviar ao CFP. Foi feita apresentação geral da base legal, previsão de receita com um conjunto de R\$ 45.327.380,20. Norma Celiane Cosmo solicitou especial atenção a cota parte, com seus respectivos valores, ou seja, o recurso que vem para o CFP via Regionais. Citou ainda o fundo de cessões, o fundo de desenvolvimento sustentável, reservas feitas para os processos de devolução das anuidades etc. Jureuda Duarte Guerra colocou que tinha dúvida: Como ficaria o repasse quando houver a divisão dos CRPs 20 e 24 que estão recebendo o fundo de cessão? Norma Celiane Cosmo respondeu que o 24 passaria a receber o fundo do Acre. Não foram feitas outras considerações sobre a apresentação feita por Norma. Norma Celiane Cosmo foi designada a relatora do ponto na APAF de dezembro de 2018. Seguindo a sequencia dos pontos – **Crerios para criação e funcionamento dos GTs de APAF:** Pedro Paulo G. de Bicalho explica que o ponto já foi alterado o conteúdo original devido as contribuições dos regionais. Ana Sandra F. A. Nóbrega faz leitura dos critérios. Iolete Ribeiro da Silva falou sobre uma dúvida que surgiu no GT que estava sob sua coordenação, que seria: Como se dá substituição de regionais? Pois temporariamente uma pessoa entrou de licença médica e como não havia designação de suplente ficaram refletindo se apenas na APAF poderia ser feita a substituição por outro

*Maria*  
*DF*  
*Piauí*  
*A*  
*P.*  
*Quia*  
*Micava*  
*JP*  
*M*

*JP* *RM* *Q* *Jureuda* *J*

441  
442  
443  
444  
445  
446  
447  
448  
449  
450  
451  
452  
453  
454  
455  
456  
457  
458  
459  
460  
461  
462  
463  
464  
465  
466  
467  
468  
469  
470  
471  
472  
473  
474  
475  
476  
477  
478  
479  
480  
481  
482  
483  
484

regional, visto que o regional não tinha ninguém para atuar naquela função. Ana Sandra F. A. Nóbrega explicou que a APAF não delibera o ente (a pessoa), conforme está escrito, em casos como esse que o regional abriu mão da representação a sugestão é de que ele seja substituído por outro regional da mesma região. Iolene Ribeiro da Silva explica que procederam dessa forma, mas receberam orientação do CFP de aguardar a APAF deliberar a substituição do regional. Ana Sandra F. A. Nóbrega sugeriu que essa orientação não seja seguida, pois a APAF só ocorre duas vezes ao ano, e que o procedimento se dê da seguinte forma: o regional que tem a representação e está abrindo mão dela irá acionar os demais regionais da região para que em conjunto decida-se quem será o próximo representante do GT. Fabian Javier Marin Rueda sugere que seja adicionado que o não comparecimento dos representantes as reuniões do GT, ainda que com justificativa, obrigará o regional a substituir o membro. Isso porque hoje há representantes que não comparecem e mesmo assim o regional não abre mão da representação. Em caso de impossibilidade efetiva de comparecimento do representante em duas reuniões, deverá ser substituída a pessoa e também indicar um regional da sua região. E a mesma regra valerá para os membros do CFP dos GTs. Fabian Javier Marin Rueda e Ana Sandra F. A. Nóbrega também falaram sobre o número de representações em cada GT, sendo que regularmente o GT ter apenas seis representantes e apenas em exceções aceitar até oito representantes. Fabian Javier Marin Rueda se ofereceu para fazer revisão no texto dos critérios apresentado e Ana Sandra F. A. Nóbrega se ofereceu para apresentar o ponto na APAF. Ana Sandra F. A. Nóbrega foi designada a relatora do ponto na APAF de dezembro de 2018. **Foram concluídos os pontos da APAF.** Foi feito informe por Júnia Maria Campos Lara relativo a SOE no que diz respeito a designação de relatores em processos éticos que solicitaram adiamento da data de entrega dos relatórios e julgamento para janeiro de 2019. Sendo que permaneceram como relatores aqueles que haviam sido designados primeiramente, a saber Clarissa Guedes e Marisa Helena Alves. Júnia Maria Campos Lara também apresentou o ponto 17 que tinha como objetivo repautar um processo para o mês de janeiro, sendo o mesmo oriundo do CRP 13 e sob a relatoria da Conselheira Júnia Maria Campos Lara. Seguindo a sequencia dos pontos – **Informe da GTEC sobre Processo Administrativo CRP 12/24407:** Camila Dias, Gerente da GTEC, relatou que foi pautado na última Plenária de Novembro a designação de relator para um Processo Administrativo que havia chegado no mesmo dia na GTEC. O relator foi designado na Plenária. Logo após deu-se início aos trâmites processuais, quando observou-se que o mesmo não havia sido julgado ainda pelo CRP 12 e que foi enviado anexo ao material um Ofício com uma consulta do caso concreto do Processo Administrativo em questão. Camila Dias, Gerente da GTEC, explicou que por se tratar de instância recursal o CFP não poderá opinar sobre esse caso concreto e o Processo em questão será devolvido com Ofício além de uma conversa com o regional. Pedro Paulo G. de Bicalho solicitou que o mais brevemente possível seja pactada a Nota Técnica que fala sobre o ponto da formação do psicólogo, pois há relação com o tema que gerou dúvida no CRP 12 no Processo Administrativo supracitado (12/24407). **Ponto 26 – Minuta de Nota Técnica - orientação aos CRPS sobre registro profissional de psicólogos com diploma de bacharel em psicologia:** Camila Dias fez leitura de Minuta da Nota para Plenária avaliar se a mesma já poderia virar Nota Técnica a ser enviado aos CRs. Regina Lúcia Sucupira Pedroza perguntou se tiraria a exigência de colocar a palavra "bacharel" ou "psicólogo", Camila, Gerente da GTEC, elucidou que a palavra a ser retirada é a de "formação de psicólogo". Regina Lúcia Sucupira Pedroza diz que desde 2004 nunca ficou clara essa informação, tanto que

*Maria*  
*de*

*Junia*

*Junia*

*P. G. de Bicalho*

*Regina*

*Regina*

*Regina*

486  
487  
488  
489  
490  
491  
492  
493  
494  
495  
496  
497  
498  
499  
500  
501  
502  
503  
504  
505  
506  
507  
508  
509  
510  
511  
512  
513  
514  
515  
516  
517  
518  
519  
520  
521  
522  
523  
524  
525  
526  
527  
528

muitas instituições, inclusive a UNB nunca deixaram de colocar a palavra "formação de psicólogo", "bacharel" ou "licenciado" e várias outras colocaram "bacharel" para psicólogos enquanto outras colocaram a "licenciatura", então essa questão ficou sempre pendente e ficou essa confusão. Regina Lúcia Sucupira Pedroza perguntou então: Agora não tem mais nem bacharel e nem psicólogo? Camila Dias, Gerente da GTEC, explicou que agora tem "bacharel" e não tem mais "psicólogo", e traz o exemplo dela que tem os três diplomas. Regina Lúcia Sucupira Pedroza pediu mais orientações, pois, ainda há dúvidas. Camila Dias, Gerente da GTEC, retomou a leitura da Nota Técnica que traz tais informações e seguiu explicando eventuais dúvidas. Pedro Paulo G. de Bicalho e Norma Celiane Cosmo perguntaram como se dão essas orientações quando se tratam de faculdades particulares. Maria Marcia Badaró Bandeira perguntou se a Nota está mesmo atendendo as dúvidas do CRP 12 que enviou o Processo Administrativo sem julgar. Iolete Ribeiro da Silva, responsável pela revalidação de diplomas na Universidade Federal de Manaus, colocou que desde 2006 eles cumprem a legislação e todos os diplomas saem como bacharel em psicologia, conforme a norma do MEC. A confusão se dá porque o CFP e os CRPs não acompanharam essa mudança e, por isso, ocorrem dificuldades de entendimento. Inclusive Iolete Ribeiro da Silva explicou que no e-MEC só existe campos com três opções de titulação (tecnólogo, bacharel, licenciado) a confusão é porque a Universidade pode ter uma decisão interna de fazer diferente, e pode sair impresso no papel de forma diferente. Iolete Ribeiro da Silva sugeriu rever a nossa legislação para poder usar a expressão correta. Pedro Paulo G. de Bicalho sugeriu que na Nota Técnica seja feita menção as Universidades Privadas e se elas estariam junto as Federais ou as Estaduais. Marisa Helena Alves também pede esclarecimentos, pois, as faculdade privadas quando emitem o diploma precisam passar por uma Universidade Federal para ter o diploma validado. Camila Dias, Gerente da GTEC, retorna a leitura da Nota Técnica e faz novas explicações. Fica acordado que será feito um parágrafo adicional com informações sobre as instituições estaduais e municipais, como por exemplo a Estácio do Rio de Janeiro, que não está se encaixando nas explicações colocadas na nota técnica. Norma Celiane Cosmo pediu para considerar também que tem uma questão na Nota Técnica (item 4.4) que fala que "basta o diploma.." para a emissão do registro profissional, que também precisa ser mais explicado. Iolete Ribeiro da Silva explicou que os diplomas têm demorado quando as pessoas que solicitam não são das Universidades Federais, mas que desde o momento que ela cola grau já faz jus a formação, então além de falar do diploma é preciso citar também sobre a carteira provisória que poderá ser emitida mediante um documento entregue pela instituição formadora, que comprove a colação de grau, válido até que o diploma seja emitido, sendo que a carteira provisória pode ser trocada no prazo de dois anos. Iolete Ribeiro da Silva e Marisa Helena Alves foram designadas para revisão da Nota Técnica visto que a GTEC não tem um Conselheiro para orientar esse tema. Fabian Javier Marin Rueda trouxe necessidade de dar um informe sobre as articulações com o FENPB (ações) e fortalecimento junto as entidades para a publicação do livro da Cura Gay. Falou que a receptividade foi muito boa a ponto de o FENPB sugerir uma assinatura do livro em nome da entidade, mas como pode ser que alguma entidade não queria eles farão isso individualmente. De qualquer forma a expectativa é de que cerca de quinze ou mais entidades façam essa assinatura em apoio ao CFP para o lançamento do livro. Com isso, não será mais uma publicação do CFP mais de duas dezenas de entidades da psicologia. O posicionamento das entidades se dará até o dia 20 de janeiro de 2019.

*Handwritten signatures and initials on the right margin:*  
- Top: *MB*  
- Middle: *AB*  
- Below: *Paulo*  
- Below: *★*  
- Below: *P. A.*  
- Below: *Prin. Henrique*  
- Below: *GO*  
- Bottom: *★*

*Handwritten signatures at the bottom of the page:*  
- *AB*  
- *AP*  
- *Regina*  
- *P*  
- *PS*  
- *P*  
- *★*

Sugestão de participação do Marcio Cruz, consultor da Usina de Ideia, no encontro do FENPB em 21 de fevereiro de 2019 para ajudar no planejamento das ações/articulações que poderão ser feitas para o ano de 2019. Outro ponto considerado importante trazido pelo Fabian Javier Marin Rueda se refere as DCNs, ele lembrou que ocorreu uma grande reunião sobre o tema em novembro de 2018 reunindo o CFP e várias entidades ligadas ao tema, assim como o Virgílio e a Maria Ângela da UNB. Fabian Javier Marin Rueda contou sobre o movimento que está se articulando por conta das insatisfações das entidades (e frisou que são várias) com as DCNs. O grupo formado com a finalidade de realizar uma leitura das DCNs e construir algo a partir dele - contemplando as insatisfações e expectativas colocadas - é formado pelo CFP, ABEP e FENAPSI, ANPEPP, SBPOT, chamamos como convidados a SBP que se apresentou aberta ao diálogo e chegou até a ir na abertura do CBP, e chamamos a ABRAPE e o IBAP que engloba outras entidades, e outras entidades mais específicas serão consultadas conforme a necessidade. Ana Sandra F. A. Nóbrega lembrou que há reunião agendada no dia 21 de janeiro de 2019 no Conselho Nacional de Educação com o relator que é lá da Paraíba, o Loureiro. E que agora a reunião será feita num movimento de unidade pois na primeira reunião no CNE foi uma reunião partida, pois, foi o CFP e outras entidades da psicologia falarem contra as DCNs. Fabian Javier Marin Rueda informou que foi marcada uma reunião com um grupo menor sobre o tema nos dias 14 e 15 de janeiro de 2019 para fazer a leitura do texto das DCNs e poder alinhar o que será colocado pelas entidades na reunião com o CNE. Norma Celiane Cosmo e Ana Sandra F. A. Nóbrega ficaram designadas como as representantes do CFP nessas atividades sobre o tema programadas para janeiro de 2019. Rogério Giannini colocou que uma das coisas que foi puxada nessa reunião com as entidades, como pauta da reunião, foi a avaliação do CBP e teve muitos e rasgados elogios. Desde a organização strictu senso, como o local, a logística e como as eventuais ocorrências eram resolvidas. E como o espaço do FENPB foi como reconhecido/caracterizado como algo deles e não do CFP. E do acerto político do fato em si, de fazer um CBP daquele tamanho nesse momento, encarando comum espaço de resistência e também como o teor das mesas extrapolava seus temas fazendo link com a realidade, dando um caráter do CBP muito importante. Falando também da alegria dos encontros, sem subestimar os sofrimentos que estão sendo passados, mas as pessoas se encontraram, se reviram, participaram de muitas atividades. O Fabian Javier Marin Rueda ainda trará dados dos profissionais sobre a média de participação por atividade, e outros dados que ainda não foram fechados, e que é quase

o dobro dos Congressos anteriores. Rogério Giannini falou que ouvi ainda muitos elogios para o Fabian Javier Marin Rueda. E disse que é claro que isso ampara muito a estratégia de atender a psicologia e a sua diversidade, inclusive daquelas instituições que não costumávamos ter tanta proximidade e que por conta da organização do FENPB deixou isso muito mais fácil. Fabian Javier Marin Rueda diz que tem também em relação ao sucesso do CBP o trabalho todo da comunicação do CFP, coordenado pela Luana e a Tata, ambas da GCOM. Fabian Javier Marin Rueda trouxe dados do alcance no facebook de 180 mil pessoas, sendo ainda 73 mil visualizações no Instagram ao longo do CBP. Rogério Giannini falou também dos elogios aos outros trabalhos da GCOM realizados, tais como as entrevistas e o cuidado em ouvir as pessoas. Fabian Javier Marin Rueda solicitou à Luana, Gerente da GCOM, que fosse apresentado uma prévia do mini-documentário que está sendo produzido sobre o CBP durante a APAF. Fabian Javier Marin Rueda falou sobre a Prova de Títulos de Especialista, que foi aprovada o início da licitação na Plenária de Novembro de 2019, sugerindo que a empresa ganhadora da licitação entre em contato com as instituições que serão indicadas para colaborar com a mesa/banca examinadora a partir das indicações das entidades na elaboração das provas. Fabian Javier Marin Rueda fez mais um informe em conjunto com a Conselheira Iolete Ribeiro da Silva, sobre um tema pautado pela ABPJ que tem reivindicado um novo posicionamento sobre o depoimento especial. Rogério Giannini evidenciou que o posicionamento em relação ao depoimento especial tem sido reafirmado pelos CNPs desde 2007 e somente neste âmbito pode ser rediscutido. Para abordar esse tema no âmbito do FENPB foi criado um GT do FENPB sobre escuta especializada, em que o CFP será representado por Iolete Ribeiro da Silva junto ao grupo de mais entidades, a saber ABPJ, IBAP, ABPP, ABEP, ABRAPEE, ABPD e a Conep. Fabian Javier Marin Rueda comentou que Iolete Ribeiro da Silva havia sugerido uma reunião dia 24 de janeiro de 2019 que foi acatada por todas as entidades a ser realizada no CFP. Informe da Ana Sandra F. A. Nóbrega consultando a Marisa Helena Alves sobre como é possível se antecipar sobre a pauta da saúde mental, visto que a mesma está sendo desmontada e demolida. Ana Sandra F. A. Nóbrega diz que a ideia é que todo o mês de janeiro seja preparado um material, sendo que numa semana seria lançada uma entrevista, por exemplo, e na sequência outras ações, ou seja, uma divulgação maciça sobre a temática da saúde mental, mas sem nenhuma referência a pauta do janeiro branco. Ana Sandra F. A. Nóbrega solicitou que Marisa Helena Alves indicasse alguém para falar sobre o assunto. Ana Sandra F. A. Nóbrega sugeriu também

598 um Diálogo Digital sobre a temática, além de outras ações sobre o tema a partir da  
599 segunda semana de janeiro de 2019. Jureada Duarte Guerra falou da importância de  
600 colocar de Norte a Sul, de Leste a Oeste as políticas públicas (práticas exitosas), feitas  
601 mesmo que em lugares remotos por psicólogos e, trazer os usuários para falar como tem  
602 sido esse atendimento, o que mudou, a importância disso, e não a fala só da academia.  
603 Paulo José B. de Aguiar Pessoa defendeu a ideia de participação de Associações de  
604 Usuários. Jureada Duarte Guerra citou uma professora (Aline conterrânea dela) que foi  
605 premiada com um vídeo sobre a temática. Paulo José B. de Aguiar Pessoa falou sobre  
606 uma aluna dele que está fazendo residência com bolsa, na RAPS, e que agora ela vai ser  
607 desmontada e que ela nem sabe onde irá trabalhar. Ana Sandra F. A. Nóbrega diz que  
608 fazer o investimento nesse debate é a forma de fazer a crítica de forma mais qualificada.  
609 Marisa Helena falou de um Seminário ocorrido sobre o tema, que houve repercussão e  
610 foi logo após a Resolução que fez um corte de R\$ 77 milhões na RAPS e que isso gerou  
611 uma nota da CISM que se transformou numa Ação Pública na tentativa de reverter essa  
612 Resolução. Marisa Helena falou que apoia a ideia de fazer um janeiro bem bolado com  
613 destaque ao protagonismo dos psicólogos nessa área. Foi encaminhado pela Plenária  
614 que Luana, Gerente da GCOM, irá buscar junto a Marisa Helena Alves sugestões de  
615 nomes, visto que ela fez amplo levantamento por conta do Seminário recém-realizado.  
616 Marcia Badaró fez informe sobre sua presença na reunião do Sistema Nacional de  
617 Combate à Tortura que foi um dia antes da penúltima reunião do Comitê de Prevenção e  
618 Combate à Tortura. Foi muito importante o CFP ter sido elogiado principalmente pelo  
619 Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura pela capilaridade que pudemos  
620 ter nos regionais com relação as inspeções que foram feitas ao sistema prisional, tanto  
621 no Rio Grande do Norte quanto lá no Amazonas, então foi muito elogiada a constância  
622 do CFP no Comitê Nacional. Foi a oportunidade também de agradecer o prêmio que o  
623 CFP recebeu do Ministério dos Direitos Humanos pelas suas lutas e pelas suas pautas.  
624 Iolete Ribeiro da Silva disse que nós fomos também o mais votado no CONANDA, o  
625 que mostra o respeito adquirido nesses espaços. Márcia Badaró disse ainda, que na  
626 última reunião do Comitê se resolveu criar uma reunião extraordinária que irá acontecer  
627 nos próximos dias 18 e 19 e como o Paulo não poderia estar eu mudei alguns  
628 compromissos mas poderei estar, já que estivemos em todas as reuniões do ano, e não  
629 faltaremos na última. Lembrou que irá à esta reunião em clima de despedida e que será  
630 necessária posteriormente a definição de quem irá substituir a Cléia Cunha que era a  
suplente. A ideia é que os representantes do Comitê Nacional sejam nominados ainda

no ano de 2018. Paulo Roberto Martins Maldos colocou que a gestão termina no dia 22  
632 de dezembro de 2018, mas que foi feita uma carta pedindo audiência com o Ministro  
633 para ver se, apesar desse clima de feriados, se dá essa passagem para a nomeação da  
634 Célia Zenaide da Silva. Célia Zenaide da Silva também aproveitou a onda de informes  
635 para falar sobre sua presença no 2º Seminário Nacional de Saúde para as Mulheres que  
636 foi promovido pela CISMU (Comissão Inter Setorial da Saúde das Mulheres). Foi um  
637 Seminário bom, com cerca de 50 mulheres. Um dos encaminhamentos foi que os  
638 Estados criem a CISMU no nível estadual. Célia Zenaide da Silva contou que está em  
639 diálogo com a Luana e a Marília (GCOM) para que saia uma notinha no site do CFP,  
640 divulgando a Cartilha e para convidar os CRs a colaborarem com essa construção.  
641 Maria Márcia Badaró Bandeira informou que foi publicado material pelo Sistema de  
642 Combate à Tortura com dados valiosos de temas pertinentes ao CFP. Outro informe foi  
643 realizado pela Regina Lúcia Sucupira Pedroza de que está na discussão no Conselhinho  
644 a posição contrária a construção da psicomotricidade, mas que tal lei, apesar disso está  
645 andando. Miraci Mendes da Silva, Coordenadora Geral do CFP, deu informe que foi  
646 aprovado essa semana o caráter de urgência da Lei que cria a profissão de  
647 psicomotricidade e tem a tendência de que seja aprovado rapidamente, porque todos os  
648 líderes do Senado já assinaram o regime de urgência. Regina Lúcia Sucupira Pedroza  
649 informou ainda que do jeito que está corre o risco de nem entrar como uma  
650 especialidade da psicologia. Miraci Mendes da Silva, Coordenadora Geral do CFP, deu  
651 informe que a Cléo, da GRI, já está na missão da mobilização. Regina Lúcia Sucupira  
652 Pedroza informou que todas as 14 profissões da área de saúde são contra e o  
653 Conselhinho fez ação contrária. Jureuda Duarte Guerra informou que a CRTS também  
654 já fez uma Nota mostrando a posição contrária também a construção dessa profissão,  
655 com apoio de todos os Conselhos. Mas apesar de toda a mobilização o CNS não se  
656 posicionou ainda sobre as solicitações feitas. Regina Lúcia Sucupira Pedroza informou  
657 também que faz parte da representação no Fórum da Redução da Desigualdade Social e  
658 estaria participando de um Seminário no dia 14 de dezembro de 2018, no qual o Paulo  
659 Roberto Martins Maldos estaria colaborando numa mesa sobre Educação. Por fim,  
660 colocou que participou também do Colóquio de Educação que teve em Direito  
661 Humanos e que a fala dela foi em uma mesa sobre a Educação de Ensino Superior da  
662 Psicóloga. Colocou ainda que enviaria para a Luana, Gerente da GCOM, material  
663 produzido como resultado desse Colóquio que poderia ser feito um resumo para  
664 divulgação. Regina Lúcia Sucupira Pedroza solicitou ainda que seja pautada para a

*Handwritten signatures and initials on the right margin:*  
- Top: A circular signature.  
- Middle: A signature that looks like 'A' or 'AA'.  
- Below: A signature that looks like 'Lúcia'.  
- Below: The letter 'H'.  
- Below: A signature that looks like 'P.'. *Handwritten '2'* next to it.  
- Below: A signature that looks like 'Regina Lúcia Sucupira Pedroza'.  
- Below: A signature that looks like 'Jureuda Duarte Guerra'.  
- Bottom: The letter 'M'.

*Handwritten initials 'PP' and 'D3' at the bottom left.*

*Handwritten signatures 'Jureuda' and 'P.' at the bottom center.*

666 próxima plenária um debate sobre a continuidade de participação ou não do CFP nesse  
667 espaço de representação que foi conquistado via edital no novo contexto político. Ana  
668 Sandra F. A. Nóbrega colocou com reforço da Plenária que o CFP continuará nos  
669 espaços onde está. **Apresentação das Atas da 24ª plenária realizadas nos dias 23 e**  
670 **24/11/18:** Atas foram aprovadas, porém Marisa Helena e Rosane Lorena Granzotto se  
671 abstiveram por não estarem presentes na 24ª Plenária. Seguindo a sequencia dos pontos  
672 **3. Associação Brasileira de Psicoterapia – ABRAP:** Ana Sandra F. A. Nóbrega  
673 relembra que na Plenária de Novembro foi aprovada a realização de um Diálogo Digital  
674 sobre Psicoterapia. Além disso, a Associação Brasileira de Psicoterapia procurou o CFP  
675 pedindo para ter uma reunião com a Diretoria e nesse momento trouxeram um  
676 documento já construído pela Associação com outros parceiros, que é a criação de  
677 critérios para psicoterapeutas. A proposta é convidar o CFP para fazer junto com a  
678 ABRAP uma espécie de um normativo (sem modelo definido) para colaborar na  
679 construção de tais critérios. Lá no momento foi pensado em fazer um Diálogo Digital  
680 sobre o tema. Ana Sandra F. A. Nóbrega colocou que é preciso pensar como será feito  
681 para trazer a psicoterapia com visibilidade porque desde o planejamento estratégico tem  
682 um entendimento que esse é um tema que a categoria demanda demais o CFP. E isso  
683 ocorre no sentido de como é que o CFP está fazendo? Inclusive, as perguntas no  
684 Diálogo Digital falavam muito sobre a questão do tempo de atendimento etc. A ABRAP  
685 não quer regulamentar como será feita a regulamentação pois eles não tem interesse  
686 nisso, mas sim em como poderiam ser criados critérios para quem irá fazer esse tipo de  
687 atendimento, pois, precisa ter, uma vez que a lei habilita os psicólogos a fazer isso mas  
688 também precisamos enveredar esforços para ajudar a entender quais são os princípios  
689 técnicos que aqueles que desejam atuar com isso precisam saber. Inclusive para ajudar  
690 aquelas pessoas que sem formação nenhuma se propõem a fazer psicoterapia. Ana  
691 Sandra explicou que expectativa da ABRAP é de que criemos (CFP) uma agenda para  
692 isso para dar andamento para tais discussões junto aos regionais. Inclusive no Diálogo  
693 Digital Ana Sandra fez uma fala no sentido de que ele seria um ponto pé para que esse  
694 tema fosse colocado nos COREPS e chegasse essa discussão da psicoterapia para o  
695 CNP. Enfim, Ana Sandra relatou que eles estão esperando como faremos (CFP) tudo  
696 isso visando culminar num documento que tenha critérios de competências para  
697 formação de um psicoterapeuta. Por isso, tem a participação da Irani da ABEP, para  
698 pensar um pouco também a questão da formação na participação do Diálogo. Ana  
699 Sandra F. A. Nóbrega colocou que esse ponto que ela deseja que seja discutido pela

*Handwritten signature*

700 Plenária para saber como será o posicionamento do CFP. Jureuda Duarte Guerra  
701 pergunto: se a gente regulamente isso diz que ela é uma pratica privativa? Ana Sandra  
702 F. A. Nóbrega explicou que não, que a ideia é apenas dizer aos psicólogos as condições  
703 mínimas para que se possa fazer a psicoterapia. Iolete Ribeiro da Silva coloca que  
704 também para a sociedade seria valioso, pois se colocaria a referência de qualidade  
705 quando a pessoa for a busca de um profissional. Ana Sandra F. A. Nóbrega lembrou que  
706 em 2009 teve o ano da Psicoterapia, mas ela não sabe como o tema ficou depois dessa  
707 mobilização, sensação é de um vácuo de coisas a serem ditas neste campo. Rosane  
708 Lorena Granzotto fez uma pergunta de por que se deve regulamentar? E se isso for feito  
709 será feito depois a fiscalização? Ponderou ainda que não é a escola que forma os  
710 psicoterapeutas e colocou que na sua visão tem dois caminhos possíveis: a) ver como a  
711 psicóloga faz e pratica a psicoterapia e quais os critérios que ele acha importante na sua  
712 prática e b) e o outro caminho seria através dos psicólogos formadores que já usem  
713 esses critérios, pois quando se vai montar um curso já se pensa nesses critérios. Iolete  
714 Ribeiro da Silva disse que esse campo é tão diverso, mas que podem ser produzidos  
715 critérios básicos de qualidade nesses serviços, e funcionaria como são aquelas  
716 referências produzidas pelo CREPOP até porque as formações são muito diversas, com  
717 muitas abordagens teóricas, as cargas horárias também. Esse material seria um subsidio  
718 futuro para o julgamento dos casos éticos, mas terá que ser bem amplo, porque é um  
719 grande desafio. Rogério Giannini colocou que entende essa parceria com a ABRAP  
720 como o inicio de um diálogo no sentido de orientar e não um manual que diz como se  
721 pode ou não fazer esse tipo de atendimento, mas como um subsidio do que como uma  
722 norma. Rogério Giannini também colocou que o pessoal do SBPOT esta exatamente no  
723 mesmo movimento, de construir subsidios que inclusive impactem a prática para além  
724 do que o senso comum pensa sobre a psicologia organizacional, isso tudo tem  
725 acontecido dentro do FENPB. Ana Sandra F. A. Nóbrega colocou que será preciso  
726 como se dará essa mobilização da categoria para a discussão porque a ABRAP tem um  
727 documento lindo e já pronto que foi construído por eles que tem condições técnicas para  
728 isso, mas é estranho chegar com algo já pronto sem ter ouvido a categoria, é preciso  
729 pensar como seria feito esse diálogo. Rosane Lorena Granzotto sugeriu um encontro  
730 com os regionais chamando os psicoterapeutas. Giannini pediu que seja tomado cuidado  
731 de não tomar inócua a parceria com a ABRAP e atuar a partir do documento que eles já  
732 trouxeram para mostrar à categoria, pois eles já têm um produto e querem conversar  
733 conosco e outras entidades, é importante partir disso para o debate com a categoria.

MBA  
A

put  
R

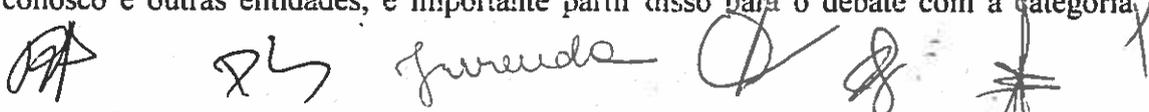
fo.

A

que  
Stewart

g

re



734 Rosane Lorena Granzotto colocou que seria então uma conversa entre essas três  
735 entidades: CFP, ABRAP e ABEP para criar subsídios para esses Seminários? Ana  
736 Sandra F. A. Nóbrega informa que a construção do documento já foi feita com a  
737 ABRAP e ABEP, a questão é mais eles saberem como fazer para regulamentar ou enfim  
738 isso chegar até a categoria, pois a conversa entre eles está muito afinada. Como  
739 encaminhamento Ana Sandra F. A. Nóbrega colocou a consulta aos Regionais, via os  
740 Presidentes, para saber o que eles pensam sobre o documento que foi produzido pela  
741 ABRAP, uma vez que é via os regionais que se alcançam os psicólogos. Seguindo a  
742 sequencia dos pontos – **Campanha de Combate ao Preconceito contra usuárias e**  
743 **usuários do SUAS - perspectivas para 2019:** Célia Zenaide da Silva trouxe informe de  
744 que na última reunião da CONPAS que aconteceu no dia 20 e 21 de outubro de 2018,  
745 ela não esteve presente nela toda pois houve cruzamento de agendas e ela ficou em uma  
746 atividade e a Andrea Esmeraldo foi para outra. Mas falou que no que diz respeito a  
747 Campanha contra o Preconceito de usuárias e usuários saiu a proposta de continuar com  
748 a Campanha pois 2019 é novamente um ano de Conferência da Assistência Social. A  
749 Campanha continuaria atuando sobre os 12 pontos lidos pela Célia Zenaide da Silva que  
750 estão listados no processo existente no SEI. Os presentes na Plenária não tiveram  
751 objeção ou dúvidas sobre a continuidade da Campanha (cartaz e vídeo de 6 minutos), a  
752 questão que Ana Sandra F. A. Nóbrega colocou é mais que os pontos lidos pela Célia  
753 Zenaide da Silva estão colocados de forma que não é necessário deliberar pois são ações  
754 que usaram mais o verbo pensar do que ações concretas e o pensar é livre. Ana Sandra  
755 F. A. Nóbrega coloca que são apenas sugestões de coisas então não será possível avaliar  
756 os pontos e nem tirar encaminhamentos. Então a Campanha continuará e qualquer outra  
757 necessidade de deliberação sobre ela precisará obrigatoriamente voltar para a Plenária  
758 para novas avaliações. Seguindo a sequencia dos pontos – **Representação do CFP -**  
759 **Grupo de Trabalho do Conselho sobre o Relatório de Fiscalização Orientada e**  
760 **Centralizada do TCU:** Ana Sandra F. A. Nóbrega faz informe sobre determinação de  
761 compra de passagens com o mínimo de 10 dias de antecedência. E que os funcionários  
762 do CRP só estão cumprindo com as deliberações da Plenária quando solicitam que as  
763 solicitações de passagens sejam feitas sempre dentro dos prazos estipulados e que em  
764 caso contrário a compra será negada. Fabian Javier Marin Rueda fez seu depoimento de  
765 problemas com isso em um evento que estava agendado há semanas e que é preciso  
766 lembrar também de cobrar os funcionários do CFP para que os prazos não sejam  
perdidos. Júnia Maria Campos Lara também fez fala que recebeu um informe de que ela

estava fazendo muitas reuniões. Quando eu fui buscar entender o que estava  
acontecendo é que fiquei sabendo sobre o prazo de 10 dias e que concordo que tem que  
ser cumprida, temos que estar atentos a isso. Rogério Giannini falou de alguns casos  
raros em que podem se ter justificativas para compras de passagens de ultima hora,  
coma a necessidade de comprar uma passagem fora do prazo para fechar o quantitativo  
de uma Plenária que corre o risco de não acontecer caso determinada pessoa não viesse.  
Fala também que no caso do Presidente do Conselho que é chamado para estar em  
situações de ultima hora, mas que mesmos esses casos podem não ser aceitos pelo TCU,  
mas é mais fácil justificar e ser defendido por advogados futuramente. Essas regras são  
impostas e discricionárias. Júnia Maria Campos Lara ponderou que esse deveria ter sido  
um costume há dois anos atrás, ou seja, desde o início da gestão. Norma Celiane Cosmo  
colocou como foi a experiência com o TCU logo no início da gestão anual que durou  
seis meses e que deu o recado de que na próxima vez não serão feitas orientações mas  
sim punições. Norma Celiana Cosmo reforçou o pedido para que sejam olhados os e-  
mails enviados pelos funcionários do CFP relativos a presença em reuniões e compra de  
passagens. Ana Sandra F. A. Nóbrega colocou que todos têm uma vida muito  
atribulada, mas todos estão disponíveis para colaborar com qualquer deliberação da  
diretoria. Antônio Neto trouxe informações ainda sobre o Grupo de Trabalho do  
Conselhão sobre o Relatório de Fiscalização Orientada e Centralizada do TCU,  
compartilhando que o entendimento do Conselhão é de que o TCU está extrapolando o  
papel dele junto aos Conselhos, pois os mesmos não recebem dinheiro público, ou seja,  
recursos do governo, para justificar essa fiscalização tal qual eles fazem em órgãos do  
governo. O CFP tem enviado representantes às reuniões no que diz respeito às questões  
mais técnicas, mas tem também as questões políticas, por isso, passou a fala para  
Miraci, Coordenadora Geral do CFP. A mesma trouxe informe sobre um grupo de  
trabalho para acompanhar essa questão da fiscalização centralizada, considerando que o  
TCU está extrapolando as suas atribuições, e que o CFP foi o primeiro, mas agora eles  
estão chegando em outros Conselhos. Agora finalizado o trabalho técnico será realizado  
uma série de atividades inclusive com ministros sobre o tema. Foi feita indicação do  
nome do Antônio Neto (funcionário do CFP) como representante do CFP, o mesmo  
drama está ocorrendo com a OAB no que diz respeito ao TCU. Marisa Helena Alves  
disse que deveria ser um Conselheiro de Brasília, mas ponderam que de fato esse  
trabalho precisa ser feito por uma pessoa que entende do tema. Deliberam que pode e  
deve ser o Antônio Neto. No Conselhão o Giannini é o representante do CFP. Seguindo

*Handwritten signatures and initials on the right margin:*  
msb  
A  
P  
77  
P.  
P.  
P.  
P.  
P.

*Handwritten signatures at the bottom of the page:*  
P.  
P.  
P.  
P.  
P.  
P.

801 a sequencia dos pontos – **Representação - ANS/CATEC - Câmara Técnica de**  
802 **contratualização e relacionamento com prestadores:** Rosane Lorena Granzotto disse  
803 que o ponto é para avaliar a representação (participação) do CFP numa Câmara Técnica  
804 que havia acabado de ser criada, de Contratualização e Relacionamento com  
805 Prestadores. Rosane Lorena Granzotto informou que ela há participou de duas reuniões,  
806 que são várias reuniões que acontecem nas Câmaras ligadas a ANS, mas ela sugere que  
807 o Alexandre Trzan Ávila que é do Sindicato de Psicólogos do Rio que já tem  
808 participado das reuniões continue sendo o representante nesse espaço, mas que ele  
809 também tem um perfil interessante para colaborar nas reuniões relacionadas as questões  
810 do TCU. A sugestão dela foi de que o Alexandre Trzan Ávila deveria continuar como o  
811 titular nas atividades da ANS e ela - Rosane Lorena Granzotto - a suplente, como já está  
812 acontecendo atualmente. A Plenária aprovou a proposta apresentada e Rosane Lorena  
813 Granzotto informou que todas as reuniões são registradas em relatório enviado para  
814 GTEC. Seguindo a sequencia dos pontos – **PLS 333/2017 – Concessão de porte de**  
815 **armas aos agentes socioeducativos:** já foi pautado na plenária anterior e não teve  
816 novidades para sempre apresentadas conforme informe dado por Iolete Ribeiro da Silva.  
817 Seguiu-se então para o próximo ponto. Seguindo a sequencia dos pontos – **Relatório de**  
818 **Ação e Fiscalização dos Órgãos Públicos do Estado de Sc - Parâmetros Mínimos**  
819 **para o Exercício Profissional da Psicologia no Sus e Suas:** Rosane lê o que foi  
820 pautado pelo CRP 12, informando que a demanda era dar ciência ao CFP do material  
821 produzido, havendo a expectativa de deliberação de devolutiva ao CRP 12 que produziu  
822 o material, assim como eventuais ações ligadas ao tema. Rosane Lorena Granzotto  
823 sugeriu que as pessoas envolvidas nessa temática do SUS e SUAS que deveriam avaliar  
824 o material enviado com o objetivo de apontar de que forma ele poderia ser utilizado ou  
825 não para futuras ações do CFP. Jureuda Duarte Guerra pediu atenção ao fato de alguns  
826 desses temas, como a criação de parâmetros mínimos, já serem trabalhados pelo  
827 CREPOP. O documento está no SEI (0070256) e deverá ser acessado pela Jureuda  
828 Duarte Guerra e Célia para conhecimento. O prazo para devolutiva da leitura de ambas  
829 é a próxima Plenária de janeiro de 2019. Encaminhamento foi o de que fosse enviado o  
830 documento do relatório para ambas visando análise e devolutiva a tempo do prazo  
831 combinado. Seguindo a sequencia dos pontos – **Apreciação dos dois textos de Análise**  
832 **de Conjuntura e de Questões da Terra:** Paulo Roberto Martins Maldos traz resgate  
833 sobre como se deu o processo de construção/atualização dos dois textos. Ele  
834 compartilhou que foram feitas atualizações considerando a conjuntura nova na

*Handwritten signatures and initials on the right margin:*  
- Top: *msa*  
- Middle: *A*  
- Below: *ful*  
- Below: *ff*  
- Below: *R*  
- Below: *Quil*  
- Below: *Stuauw*  
- Below: *TP*  
- Bottom: *10*

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:*  
- *PA*  
- *PH*  
- *D*  
- *Jureuda*  
- *J.*  
- *[Signature]*  
- *[Signature]*

